

De Ouro Preto a Belo Horizonte: seguindo os passos da história para compreender a formação do falar belo-horizontino

ELIZETE MARIA DE SOUZA

*Doutoranda em Estudos Linguísticos pela UFMG/CNPQ.
Mestre em Estudos Linguísticos pela UFMG. e-mail: leesouza@yahoo.com.*

ELAINE CHAVES

*Doutoranda em Estudos Linguísticos-UFMG/CNPQ.
Mestre em Estudos Linguísticos pela UFMG. e-mail: elainechav@hotmail.com.*

Resumo: O objetivo deste artigo é mostrar como se deu a transferência da antiga capital da Província, Ouro Preto, para Belo Horizonte, mostrando o quanto importante é conhecer o processo de construção da nova capital mineira para compreender a constituição do falar belo-horizontino. Com isso, pretendemos mostrar a importância dos aspectos sócio-históricos, políticos e demográficos para detalhar o modo de falar de um povo. Investigar o falar belo-horizontino, portanto, remete-nos a questões que dizem respeito à construção de Belo Horizonte, que, devido à sua característica iminente de cidade constituída a partir de fortes correntes migratórias, sofreu diferentes influências dialetais, podendo ser considerada “uma zona de confluência dos diversos falares predominantes no Estado de Minas” (ZÁGARI, 1998).

Palavras-chave: Formação do falar belo-horizontino; dialeto mineiro; aspectos sócio-históricos, políticos e demográficos.

Abstract: The aim of this article is to investigate the transference of the old capital, Ouro Preto, to Belo Horizonte, showing how important it is to know the process of construction of the new capital to understand the constitution of the speech from Belo Horizonte. In this perspective, we intend to show the importance of the socio-historical, political, economical and demographical aspects so as to detail the way of speaking of a people. To investigate the speech from Belo Horizonte, therefore, leads us to matters that are related to the building of this capital, which, because of its characteristics of a city built from strong migratory fluxes, suffered different dialectal influences, being able to be considered “a zone of confluence of the many predominant speeches in the state of Minas” (ZÁGARI, 1998).

Keywords: Formation of the speech from Belo Horizonte; dialect from Minas Gerais; socio-historical, political and demographical aspects

1. Introdução

Por trás do modo de falar de um povo estão os aspectos que inegavelmente revelam como aquela comunidade se organiza, quais são os seus costumes, os valores sociais, a dinâmica do dia a dia, enfim, a Língua revela boa parte da história

de um povo, assim como a história desse povo também revela aspectos importantes sobre a história da língua. É pensando nesta dinâmica que o presente artigo se organiza, sendo nosso interesse investigar: (i) como se deu o processo de transferência da antiga capital da Província, Ouro Preto, para Belo Horizonte; (ii) como foi o processo de construção e povoamento da nova capital; (iii) de que modo os diferentes movimentos migratórios que atuaram na construção da nova capital teriam contribuído para a formação do falar belo-horizontino.

O artigo está organizado da seguinte forma. Na seção 1, apresentamos uma retrospectiva dos fatos históricos que marcaram a transferência da capital da Província, Ouro Preto, para Belo Horizonte, pontuando alguns aspectos sócio-históricos, políticos e econômicos que revelam os interesses envolvidos na mudança da capital mineira. Na seção 2, oferecemos um breve panorama sobre a formação sociodemográfica da capital mineira. Na seção 3, fazemos uma descrição das formas de organização do espaço físico de Belo Horizonte, mostrando como se deu o povoamento da cidade, a formação dos bairros e a distribuição populacional na nova capital. Por fim, na seção 4, apresentamos e discutimos alguns aspectos linguísticos que podem ser tomados como marcas dos diferentes falares encontrados em Minas Gerais e, por conseguinte, também se mostram presentes no falar belo-horizontino.

2. Surge um Belo Horizonte: os bastidores da transferência da capital da Província, Ouro Preto, para o Arraial do Curral Del Rei

De acordo com a literatura historiográfica, Minas Gerais vivia, ao final do século XIX, sob o estigma do atraso em relação aos áureos tempos da exploração mineral. E esse estigma a colocava em posição desfavorável em relação ao crescimento de outras regiões do país. Isso se deve ao fato de Minas ter vivido um longo período de acomodação evolutiva¹ de seu arranjo econômico no século XIX, acompanhado de um crescimento irregular e moderado entre 1889 e 1937 (DULCI, 1999, p. 39).

Com o arrefecimento da produção aurífera no século XVIII, a província se viu limitada à produção agrícola, bastante desenvolvida no sul e na Zona da Mata, e à produção pecuária no norte. Já no caso da região central a produção agrícola era bastante incipiente, comparada à de outras regiões da província. A região central tinha uma lavoura que, embora já existisse, juntamente com a produção do ouro, era basicamente de subsistência.² Minas tinha, portanto, uma produção setorizada, de acordo com Dulci (1999), uma vez que a era constituído de um vasto território com povoados esparsos e pouco interligados devido à precariedade das vias de transporte e de comunicação. A capital da província, Ouro Preto, por sua vez, não estava interligada aos seus municípios, nem ao menos aos de maior desenvolvimento político-econômico. Tal fato suscitou a necessidade de ser constituída uma nova capital. Ouro Preto, por-

¹ Questões referentes à aplicabilidade da expressão “acomodação evolutiva”, ver Chaves (1999) e Libby (1996).

² Discussões mais atuais sobre historiografia e economia em Minas Gerais, no século XIX, ver Almeida (2001).

tanto, antes considerada símbolo da riqueza e prosperidade, deixava de ser vista como local adequado de sede capital da Província.

Para agravar a situação, Ouro Preto sofria com o quase abandono das atividades de exploração do ouro, o que provocou um movimento emigratório de seus habitantes em busca de melhores condições de vida. Com isso a cidade tornou-se pouco povoada. Outros problemas eram também visíveis, como a dificuldade de escoamento da produção, problemas de comunicação, atividade agropecuária incipiente, precariedade de urbanismo, entre outros. Até mesmo as ruas estreitas e ladeiras íngremes começaram a ser vistas como um empecilho para a sede da capital mineira. Entretanto, é necessário relativizar essa decadência ouropretana já que, segundo alguns autores, a cidade tinha vida política bastante ativa, uma vez que contava com a estrutura sólida de formação de engenheiros pela Escola de Minas e com as atividades administrativas e burocráticas do funcionalismo público.

Por outro lado, a Zona da Mata e a Região Sul apresentavam um desenvolvimento promissor. As duas regiões passaram a se destacar pelo seu fortalecimento político e crescimento econômico e populacional. A ascensão da Região Sul e da Zona da Mata fizeram com que o centro político-administrativo, que estava em Ouro Preto, se distanciasse dos polos econômicos da província, pois as atividades socioeconômicas encontravam-se mais desenvolvidas nestas duas regiões. É nesse contexto que surge a ideia da mudança da capital, que passaria a ser a sede de um estado revigorado pelo sistema federal, conforme observa Carvalho (2005, p. 64). Surgiam, então, os interesses de diferentes grupos. De um lado havia os interessados em ter a capital em um desses polos já consolidados (Região Sul e Zona da Mata); de outro havia aqueles que achavam que deveria ser construída uma nova capital dentro de moldes inovadores preestabelecidos e que servisse plenamente aos interesses político-administrativos de uma capital moderna e progressista, moldada de acordo com as perspectivas republicanas. Esses dois grupos eram os chamados mudancistas. Havia também os não-mudancistas, que queriam que a capital permanecesse em Ouro Preto.

Com base no discurso de atraso e da inexpressividade econômica de Ouro Preto é que o nível de desenvolvimento econômico foi tratado como prerrogativa para interesses próprios. A economia da capital podia até mesmo ser menos desenvolvida que a de outras regiões, mas é fato que Ouro Preto congregava a maior parte dos recursos públicos e reunia boa parte da elite política regional, bem como sua burocracia. Não foi despropositadamente que boa parte dos lotes da nova capital foi destinada à burocracia do poder público regional que tinha força e prestígio político, o que demonstra a importância de Ouro Preto no cenário político-econômico de Minas Gerais.

A mudança da capital nasceu, portanto, de um gesto político, e foi uma iniciativa das elites políticas que queriam essa nova capital num local estratégico. Assim, a nova capital nem foi para as regiões de maior desenvolvimento econômico nem se afastou da tradição, símbolo incontestável da capital Ouro Preto; o que houve foi um equilíbrio entre a “tradição e a modernidade” (DULCI, 1999, p. 40).

Essa mudança, entretanto, não se deu repentinamente. Ela só aconteceu após um processo de longa maturação do desejo de reorganizar o espaço socioeconômico e político da capital mineira. Portanto, é somente na última década do século XIX que a mudança da capital adquire características de uma real exigência para o desenvolvi-

mento do Estado, que já se projetava no contexto nacional e mesmo regional desde meados do século XIX. Mas faltava escolher um local para sediar a nova capital, o qual atendesse ao interesse de todo o Estado.

2.1. Os reflexos da Proclamação da República na escolha do local para a nova capital

Cabe ressaltar que é justamente no final do século XIX que se tem a Proclamação da República, e este marco histórico-político também interferiu no processo de transferência da capital por dois motivos: primeiramente, porque a nova capital deveria ser concebida como uma cidade moderna, como se fosse uma capital para a república. A capital mineira seria, na verdade, a primeira cidade efetivamente republicana do país a se constituir após o Império; em segundo lugar, foi por meio da república que as elites regionais, até então fragmentadas, puderam se unir e formaram o PRM (Partido Republicano Mineiro), consolidando o desejo político de construir uma capital moderna.

É neste cenário que o Arraial do Curral Del Rei surge como um local adequado para sediar a nova capital. Nesta localidade, o projeto poderia ser executado sob medida para as necessidades vigentes no Estado. Ali se daria a construção do centro urbano tão imprescindível a Minas Gerais. Esse era o progresso que as elites mineiras almejavam obter dentro da visão de progresso das elites brasileiras do final do século XIX. Esperava-se que a nova capital funcionasse como centro de integração econômica do Estado, como centro político privilegiado e, sobretudo, como espaço simbólico da República que acabava de se formar.

De 12 de dezembro de 1897 até o final do mês de junho de 1901, a cidade recebeu o nome de Cidade de Minas, como uma tentativa de unir as várias regiões do Estado. E no dia 1º de julho de 1901, a Cidade de Minas recebia seu nome definitivo – Belo Horizonte, que, segundo João Pinheiro, presidente do Estado em 1890, deveria antes representar a mudança econômica e não o domínio rural. Assim, Belo Horizonte se tornaria símbolo da modernidade, uma cidade estruturada, com ruas largas e amplas avenidas, pois que a Cidade de Minas já tinha se tornado símbolo da modernidade.

3. A formação sociodemográfica de Belo Horizonte

A formação sociodemográfica de Belo Horizonte é marcada pela transferência da antiga capital do Estado de Minas, Ouro Preto, para Belo Horizonte, inaugurada em 1897.

Essa transferência se deu de forma planejada e bastante eficiente. O então presidente do Estado, Afonso Pena, instituiu uma Comissão Construtora e criou leis para direcionar os trabalhos desempenhados por essa Comissão. Foi estipulado um prazo de quatro anos para a construção da nova capital. Em 1894, os trabalhos da Comissão Construtora começaram a ser efetuados.

Para a construção da nova capital houve mudanças fundamentais no então Arraial Curral Del Rei, mudanças essas que interferiram profundamente nas relações sociais da população que ali morava. O Arraial primeiramente deveria tornar-se inde-

pendente de Sabará, tanto política quanto economicamente. A primeira necessidade estabelecida pela Comissão Construtora, representada pelo engenheiro-chefe Aarão Reis, era fazer o ramal ferroviário que ligaria a nova capital à Rede Ferroviária Central do Brasil, cujo ramal mais próximo era Sabará. Seria necessária também a instalação de meios de comunicação, como o telégrafo, não só para uso imediato da Comissão Construtora como também para fins administrativos quando a capital estivesse pronta. E ainda seria necessária toda uma reorganização estrutural do Arraial para que a planta da nova capital pudesse ser executada.

Por ser um projeto arrojado, com um espaço de tempo curto para o seu cumprimento, havia uma necessidade iminente de mão de obra para trabalhos de toda ordem. As equipes administrativas e técnicas da Comissão Construtora foram montadas assim que a Comissão foi instituída. Agora, cabia a ela trazer mão-de-obra capaz de realizar as funções necessárias para a construção da capital, no tempo delimitado.

De acordo com o texto elaborado pelo Plambel³ (1979),

Na perspectiva de organização da mudança de Capital, necessário se fazia a presença de um operariado qualificado, destinado aos futuros trabalhos de construção civil, sem o qual não se poderia concretizar a mudança. Esses trabalhadores não se distinguem – a não ser pela profissão – dos migrantes rurais já encontrados. Foram instalados nas áreas próximas da zona urbana, apesar de serem consideradas então como rurais (FERREIRA, 2001, p. 72).

Foi, então, a partir dessa necessidade de mão-de-obra para a construção da nova capital que se deu a vinda de operários de várias partes do interior do estado e também de mão-de-obra estrangeira, formando um contingente de pessoas que consequentemente passariam a fazer parte da população de Belo Horizonte, ainda que temporariamente.

4. A organização do espaço físico de Belo Horizonte

Para Belo Horizonte vieram muitos trabalhadores de todo o Estado e de outras regiões do Brasil, motivados pela perspectiva encantadora de crescimento econômico rápido. Com isso, a população local cresceu muito. Em números, podemos perceber que tão logo foram iniciados os trabalhos, a população, que em março de 1894 era de 2.600 pessoas, passou a 3.500 pessoas em dezembro de 1894. Em 1895, a população contava com 5.000 pessoas e, em 1896, a população ultrapassou a marca de 6.000 pessoas.

A distribuição da população no espaço físico da nova capital foi planejada de forma a ocupar uma área que era limitada por uma avenida que circundava todo o perímetro urbano da cidade. Nesse perímetro estaria a sede político-administrativa da capital e do Estado, bem como os seus funcionários e outros moradores mais abastados. De acordo com o trecho do relatório escrito por Aarão, engenheiro-chefe da Co-

³ Planejamento Metropolitano de Belo Horizonte.

missão Construtora da Nova Capital, sobre a planta definitiva de Belo Horizonte, aprovada pelo Decreto 817 de 15 de abril de 1895,

foi organizada a planta geral da futura cidade dispondo-se na parte central, no local do atual arraial, a área urbana, de 8.815.382 m², dividida em quarteirões de 120 m x 120 m pelas ruas, largas e bem orientadas, que se cruzam em ângulos retos, e por algumas avenidas que as cortam em ângulos de 45°. Às ruas fiz dar a largura de 20 metros, necessária para a conveniente arborização, a livre circulação, o tráfego dos carros e trabalhos da colocação e reparação das canalizações subterrâneas. Às avenidas fixei a largura de 35 m, suficiente para dar-lhes a beleza e o conforto que deverão, de futuro, proporcionar à população.

Ainda de acordo com o trecho do relatório escrito por Aarão Reis, a pouco mencionado, “a zona suburbana, de 24.930,803 m² – em que os quarteirões são irregulares, os lotes de áreas diversas, e as ruas traçadas de conformidade com a topografia tendo apenas 14 de largura –, circunda inteiramente a urbana, formando vários bairros [...]”.

Assim, a área externa a essa avenida, denominada Avenida do Contorno, constituía o perímetro suburbano, que seria povoado por pessoas de estrato social mais baixo.

Para além dessa área suburbana ficariam as terras destinadas à construção de pequenos sítios de produção agrícola, conforme consta no livro *Cenas de um Belo Horizonte*.⁴

Dessa maneira, Belo Horizonte se estruturou de forma a ter um centro demograficamente populoso, bem equipado, com infraestrutura urbana, onde residiriam as classes mais ricas e se localizariam os melhores serviços. Já os limites que ultrapassavam a área interna à Avenida do Contorno seriam ocupados por uma população de baixa renda, com tratamento urbanístico e infraestrutura diferenciado aos dispostos na zona urbana.

Consequentemente, essa organização física da cidade acabou interferindo no modo de vida das pessoas, na formação cultural e educacional de seus indivíduos. Vamos encontrar em Belo Horizonte diferentes estratos sociais que revelam esse aspecto da formação da capital mineira.

Quando a construção da nova capital atingiu estágio mais avançado tornou-se necessário um número ainda maior de mão-de-obra, sendo autorizada pelo Sr. Francisco de Souza Bicalho⁵, então engenheiro-chefe da Comissão Construtora, a vinda de imigrantes, a maioria italianos⁶, para suprir essa necessidade emergencial. Naquela

⁴ *Cenas de um Belo Horizonte*. Belo Horizonte: PBH, 1994.

⁵ Francisco de Souza Bicalho assumiu o cargo de engenheiro-chefe da Comissão Construtora a partir do momento em que o engenheiro designado por Afonso Pena, Aarão Reis, tarefa pediu exoneração dessa tarefa por motivos de saúde.

⁶ De acordo com Anastásia (1990), entre 1894 e 1901 chegaram a Belo Horizonte 52.582 imigrantes; desse total, 47.096 eram italianos. Em 1894 chegaram 4.410 italianos de um total de 4.554 imigrantes. Em 1895 chegaram 5.507 italianos de um total de 5.569 imigrantes. Em 1896 che-

ocasião, o governo expediu um decreto que autorizava a vinda de trabalhadores imigrantes para a nova capital. O engenheiro-chefe comunicou que deveria ser construída uma hospedaria para abrigar esses imigrantes que seriam tutelados pelo Estado. Essa hospedaria foi erguida próximo à linha férrea, longe do centro construído, com lugar para duzentas pessoas e acomodações distintas para solteiros e para famílias. Havia uma preferência da Comissão Construtora que fossem enviados trabalhadores solteiros. Porém esta estratégia trouxe alguns problemas para a administração local, pois vieram para Belo Horizonte

italianos turbulentos de reputação duvidosa, que iam improvisando cafuas e barracões para as suas moradias, sendo que alguns vadios ficavam mesmo perambulando pelas ruas, dormindo ao relento, dada a impossibilidade absoluta de encontrarem abrigo. (BARRETO, 1996).

Houve com isso um inchaço populacional, ocasionando o aumento de cortiços na área externa à Avenida do Contorno. Esse aumento da população desencadeou uma série de problemas de ordem pública, que iam desde problemas relativos à segurança até problemas de ordem social (inclusive problemas de hospedagem).

4.1. A organização dos bairros

Na área urbana os lotes sorteados estavam distribuídos entre as seções 1^a a 14^a. Refletindo sobre a atual divisão por bairros temos: seções 1^a, 2^a, 3^a e 14^a formando o Centro da cidade; seção 4^a compondo o Centro e bairro Funcionários; seções 5^a, 7^a e 9^a pertencentes ao bairro Funcionários; seção 6^a, bairro São Lucas; seção 8^a, bairro Barro Preto; seções 10^a e 11^a, bairro Lourdes; seção 12^a, bairros Lourdes e Santo Agostinho e, por fim, seção 13^a compondo o bairro Santa Efigênia. Os lotes destinados aos funcionários vindos de Ouro Preto, em sua maioria, se localizavam nas seções 5^a, 6^a e 7^a (Funcionários e São Lucas). Na área suburbana, os lotes estavam distribuídos entre as seções 1^a e 8^a, que correspondem atualmente aos seguintes bairros: seção 1^a, bairro Cruzeiro; seção 2^a, bairros Santo Agostinho e São Pedro; seção 3^a, bairros Cidade Jardim e Santo Antonio; seção 4^a, bairro Gutierrez; seção 5^a, bairro Prado; seção 6^a, bairros Bonfim e Carlos Prates; seção 7^a, bairros Floresta e Lagoinha e seção 8^a, bairro Santa Tereza.

A maioria dos lotes distribuídos entre ex-moradores de Belo Horizonte e os lotes para venda localizava-se nas seções 1^a, 2^a, 3^a, 4^a, 5^a e 6^a. As seções 7^a e 8^a, onde estava alojada toda a estrutura material e pessoal para a construção da capital, tiveram seus lotes vendidos posteriormente.⁷

garam 17.441 italianos de um total de 22.327 imigrantes. E em 1897 chegaram 17.153 italianos de um total de 17.432 imigrantes.

⁷ Em Barreto (1996, p. 52) encontra-se um mapa de Belo Horizonte dividido por seções. Optamos por não inseri-lo no texto devido à escala do mapa, que é muito pequena e não favorece a visualização de cada seção.

Somente após a distribuição dos lotes, Belo Horizonte passou a ter condições reais de receber as primeiras famílias ouropretanas que vieram se instalar na capital. A mudança, entretanto, não foi festejada por muitos, principalmente por aqueles que estavam acostumados à vida na antiga Villa Rica, conforme se percebe num trecho do jornal *Folha de Minas*, publicado em 1938.

Foi o arraial de Belo Horizonte, arraial metido a sebo, com este nome pretencioso, que tirou a sorte grande. Não havia remédio para a topografia de Villa Rica, fadada a ser monumento nacional, mas não a Capital do Estado. Ao passo que Belo Horizonte (afirmavam os entusiastas) era uma planície interminável (JORNAL FOLHA DE MINAS, publicado em 1938).

4.2. A distribuição populacional na nova capital

Para que Belo Horizonte fosse construída seguindo o planejamento feito pela Comissão Construtora, era necessário que as propriedades já existentes no Arraial Curral Del Rei fossem desapropriadas e demolidas para dar lugar às novas construções. Foram desapropriadas 428 propriedades, e o reembolso aos proprietários se deu de três formas: através de indenizações pagas em espécie, por meio da permuta por lotes na nova capital, em sua maioria na área suburbana, e também por meio de pagamento de indenização e de permuta.

No que se refere à vinda dos funcionários públicos, ex-proprietários de imóveis em Ouro Preto, a grande maioria recebeu casas no bairro que foi chamado Funcionários, e em algumas áreas suburbanas, e todas as suas despesas foram custeadas pelo Estado. Também foram beneficiados os herdeiros de funcionários públicos que tivessem interesse em residir na nova capital. As casas, em muitos casos, foram doadas ou financiadas em pequenas prestações descontadas diretamente no pagamento dos funcionários.

A distribuição dos terrenos se deu por sorteio e venda. Do total de 3.639 lotes, inicialmente foram reservados 417 lotes que seriam vendidos somente após 10 anos de construção da capital. O restante foi distribuído da seguinte forma: 353 lotes foram destinados a funcionários públicos do Estado, 597 a funcionários públicos de Ouro Preto que eram ex-proprietários de imóveis na antiga capital, 114 para ex-proprietários de imóveis em Belo Horizonte e 2.158 lotes foram destinados à venda.

Com isso temos uma breve descrição da organização do espaço físico de Belo Horizonte. Passemos, agora, aos primeiros apontamentos sobre a importância de compreender essa dinâmica de construção da nova capital para então compreender a dinâmica de formação do falar belo-horizontino.

5. A dinâmica de constituição do falar belo-horizontino

Os tópicos anteriores nos apresentam um quadro sócio-histórico e político bastante interessante para compreendermos as relações existentes entre a construção de

Belo Horizonte e a formação do falar belo-horizontino. Como afirma Spencer (1983),

línguas são parte da história das pessoas que as usam, se são intimamente ligadas a mudanças de padrões das sociedades que as usam, e se de década a década, geração a geração, a língua responde às novas necessidades e demandas, recebendo marcas quando há contato com imigrantes de outras regiões do país e do estrangeiro, refletindo, desse modo, a experiência de exposição da comunidade a outras línguas e cultura.

Assim, podemos afirmar que foi a partir do movimento das gentes que aqui chegaram que se deu a constituição do falar belo-horizontino. O contato linguístico entre pessoas de diferentes partes do interior do Estado e também de países estrangeiros que trabalharam no setor da construção civil e também na formação de colônias agrícolas permitiu que o falar belo-horizontino recebesse influências de vários dialetos. Desse modo, este falar pode ser entendido como resultado de uma interação de pelo menos três falares encontrados no Estado: um falar baiano, um falar paulista e um falar mineiro, conforme explicita a carta nº.1 do *Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais* (ZÁGARI, 1998).

De acordo com Zágari (1998), o dialeto mineiro é formado por um dialeto baiano, típico das cidades localizados mais ao norte de Minas, comumente caracterizado pela predominância de vogais pretônicas baixas e pela presença da africada [ts] antecedendo a vogal alta [i], além do [t] e [d] como coronais e de nasalidade ocorrente fora da sílaba tônica; no aspecto lexical ocorrem itens comuns, porém com significados ignorados em outras regiões, tais como, neve (= cerração), chuva-de-flor (= granizo), zelação (= estrela cadente), china (= bola-de-gude), etc.; no nível prosódico este falar é marcado por um ritmo mais arrastado.

Outro falar característico do Estado é o falar paulista, presente em toda a região do Triângulo Mineiro e a região sul do Estado. A principal característica deste falar é a marca inconfundível do [r] retroflexo. No nível prosódico, este falar é marcado por um ritmo de fala mais veloz, e no nível lexical podem ser verificadas certas preferências como ramona (= grampo), rabicó (= animal sem rabo), cachopa ou caixote (= colmeia) e também chuva-de-rosa (= granizo).

Por fim, temos um falar mineiro (utilizando a nomenclatura de Antenor Nascentes, 1958), que pode ser visto como preso entre duas áreas que, não tendo nenhuma das características dos falares anteriormente mencionados, desfaz constantemente os ditongos [aj], [ej] e [ow], quando finais e fazem surgir outros quando finais antecidos de sibilantes.

Considerando as peculiaridades encontradas em cada região, percebem-se as preferências lexicais distintas, os ritmos de fala e os aspectos fonético-fonológicos de cada um dos três falares encontrados no Estado. É com base nestes aspectos que pretendemos apontar algumas características do dialeto mineiro e do falar belo-horizontino. Em princípio vamos considerar que os traços do dialeto mineiro estão presentes no falar belo-horizontino à medida que este falar pode ser visto como resultado da confluência dos diversos falares encontrados em Minas Gerais, que, por sua vez, estiveram em contato desde a época da construção de Belo Horizonte. Assim sendo,

podemos afirmar, com base nas palavras de Câmara Jr. (1968) e Zágari (1998), conforme explicita Souza (2007), que

a fala belorizontina pode até ser tratada como uma língua comum, que não se distingue dos diversos falares predominantes no Estado a não ser por oposições superficiais dentro do sistema geral de oposições fundamentais que reúne todas as particularidades de uma língua (SOUZA, 2007, p. 58).

Vejamos, na próxima seção, algumas características do dialeto mineiro que podem ser identificadas no falar belo-horizontino.

5.1. Características do dialeto mineiro e do falar belo-horizontino

Para apresentar as características do dialeto mineiro e do falar belo-horizontino, buscamos subsídios no “Projeto Mineirês”. Este projeto está ligado ao Núcleo de Pesquisa em Variação Linguística (NuPeVar), coordenado pela Prof.^a Jânia Martins Ramos, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

O “Projeto Mineirês” buscou descrever e explicar o que é o dialeto mineiro. Para tanto identificou características dos falares que compõem esse dialeto, apoiando-se parcialmente na divisão geolinguística apresentada em Zágari (1998). Não foi pretensão do projeto ser uma continuação do “Esboço do Atlas linguístico de Minas Gerais” (EALMG), mas, sim, mostrar que é possível descrever características do dialeto mineiro por meio de um tratamento sócio-histórico e sociolinguístico.

Os produtos gerados por estes projetos contribuem fortemente para a identificação do dialeto mineiro. Identificação esta que dialoga diretamente com o falar belo-horizontino, já que este último reúne grande quantidade de características de outros três falares do dialeto mineiro, como foi dito anteriormente, o baiano, o paulista e o mineiro. Dessa maneira, identificar o dialeto mineiro também é identificar o falar belo-horizontino.

No âmbito do “Projeto Mineirês”, primeiramente foi desenvolvida uma pesquisa sobre o que o falante identifica como marca do dialeto mineiro. Foram feitos vários levantamentos sobre as características desse dialeto. A partir desses levantamentos foram selecionados dez fenômenos, oito fonético-fonológicos e dois sintáticos, que representam fidedignamente esse dialeto, a saber:

1) redução de segmentos átonos: e (conectivo) > i - ; que > k - apagamento de segmentos átonos; para > pr - apagamento de segmentos átonos; que > 0 - apagamento de segmentos átonos; não > n - apagamento de segmentos que se tornaram átonos; de > d - apagamento de segmentos átonos;

2) apagamento da sílaba átona final: mês (mesmo); ó (olhe); quei (queijo); on (onde); pó (pode); confor (conforme); nigucim (negocinho); piquininim (pequeninho); lugarzim (lugarzinho);

3) apagamento da consoante final: guaraná (guaranás); pô (por); fô (for); mai (mas);

dimai (demais); rapai (rapaz), redá (arredar); rastá (arrastar); sô (senhor);

4) apagamento de segmentos pós-tônicos não finais: oi (olhe); ons (ônibus); es (eles);

5) apagamento da vogal átona final: belez (beleza); iss (isso), jud (ajude a); es (esse);

6) apagamento de segmentos iniciais átonos: estou > tô; você > cê; arredar > redá; arrastar > rastá; ajude a > juda; você > oceis;

7) apagamento de segmentos pré-tônicos não iniciais: senhor > sô;

8) ditongação: mas > mais; nós > nós; bom > bô; rapaz > rapai; vocês > oceis;

9) monotongação: eu > ô; estou > tô; vou > vô; não > num;

10) alçamento, ou elevação das vogais médias pré-tônicas: negocinho > nigucim; demais > dimais; pequenininho > piquininim.

Entretanto, para que os resultados fossem condizentes com o objetivo da pesquisa, era necessário também que esses fenômenos ocorressem em Belo Horizonte. A partir dessa seleção foram selecionados *corpora* que representassem o falar belo-horizontino, o falar baiano, o falar paulista e o falar mineiro. Dessa forma, foram selecionadas entrevistas sociolinguísticas realizadas nos municípios de Belo Horizonte, de São João da Ponte (falar baiano), de Arceburgo (falar paulista), de Mariana (falar mineiro), de Ouro Preto (falar mineiro), de Itaúna (falar mineiro), de Ouro Branco (falar mineiro) e de Piranga (falar mineiro).

Uma amostra da proposta deste projeto pode ser observada no estudo prévio em que a amostra de Belo Horizonte e de Teixeira de Freitas foram comparadas. Pretendia-se com essa comparação perceber quais fenômenos eram comuns ao dialeto mineiro e ao dialeto baiano, para que assim pudesse ser percebida a presença do falar baiano no belo-horizontino. Neste caso a amostra utilizada não foi a de entrevistas, mas, sim, uma amostra de testes de reação subjetiva aplicados a 96 estudantes da 8ª série, metade de Belo Horizonte e metade de Teixeira de Freitas. No teste havia a seguinte pergunta: “Quando você leva um susto, qual é a primeira expressão linguística que vem a sua boca?”.

Como resposta, os pesquisadores observaram que algumas interjeições eram usadas apenas por baianos, como “Poxa” e “O’che”; em outros casos eram comuns aos dois dialetos, porém com maior frequência no mineiro, como “ai”, “Nossa Senhora”, “ai, que susto”, “Nossa” e “uai”. E, por fim, algumas interjeições eram utilizadas apenas por mineiros, como “nó”, “nu”, “minha nossa”.

Estes resultados são muito importantes na medida em que nos mostram quais são as interjeições tipicamente mineiras e quais são aquelas resultantes do contato entre falantes dos dois dialetos. Embora este tipo de estudo ainda não tenha sido feito com todos os falares investigados, ele é fundamental para compreendermos a influência

sócio-histórica e política na constituição do falar belo-horizontino, pois permite observar que o uso de determinadas interjeições não estão relacionado apenas a fatores linguísticos.

Outros aspectos também foram identificados. Viegas (1987) analisou inicialmente os processos de elevação de altura das vogais médias pré-tônicas (alçamento) na região de Belo Horizonte. A partir de 3931 dados coletados, Viegas propôs duas regras para o alçamento de vogais médias pré-tônicas – uma para /e/, chamada de harmonização vocálica com a vogal alta seguinte (pirigo); outra para o /o/, redução devido à influência das consoantes adjacentes, principalmente oclusivas (cunversa). A autora observou ainda muitos casos de exceções às regras: “netuno, covil”, por exemplo. Ainda com base na identificação dos 10 fenômenos apresentados foi possível identificar outras correlações entre o dialeto mineiro e o falar belo-horizontino, tais como apagamentos das mais diversas naturezas, como as reduções *você > ocê > cê*, ; *eles > ês*; *senhor > sô*; *pequenininho > pequeninim*; *para > pra*, *pode > pó*, e tantas outras, que são comumente identificadas como marcas do falar belo-horizontino. Esses primeiros resultados revelam o quão próximos se encontram os traços do dialeto mineiro e os traços do falar belo-horizontino. Acreditamos poder identificar outras características em estudos futuros, dando continuidade às investigações realizadas no âmbito do “Projeto Mineirês”.

6. Considerações finais

Neste artigo buscamos pensar o dialeto mineiro, e principalmente o falar belo-horizontino, por meio da sua formação sócio-histórica e política. Mostramos que as informações de natureza social, histórica e política são de fundamental importância para percebermos as nuances formadoras deste falar, abrindo novas perspectivas de investigação e novos objetos a serem investigados. Estamos cientes de que não apresentamos resultados exaustivos. Ainda há muito trabalho a ser feito. Apontamos vários fenômenos a ser investigados e apresentamos alguns resultados já alcançados. A partir dos primeiros resultados pudemos delimitar a fundamental importância do dialeto mineiro na constituição do falar belo-horizontino, pois a forma como este falar foi introduzido nesta nova comunidade de fala lhe deu o caráter que ora se confunde com as características dos vários falares encontrados no Estado, ora mostra seu caráter mais genuíno, servindo como base para compreender a formação do que chamamos hoje de falar belo-horizontino.

Referências

ANASTASIA, Carla Maria Junho. A imigração italiana em Minas Gerais (1896-1915), in: BONI, Luís A. de (org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre/ Torino: Escola Superior de Tecnologia/ Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

BONI, Luis A. de (org.) *A Presença Italiana no Brasil*. v. II. Porto Alegre/ Torino: Escola Superior de Teologia/ Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva – história antiga e história média*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. “Ouro, terra e ferro: vozes de Minas”, in: GOMES, Ângela Castro (org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Humanitas/UFMG, 2005.

CHAVES, Cláudia. *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.

DULCI, Otavio Soares. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

FERREIRA, F.P.M. Evolução urbana e demográfica do envelhecimento em Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. A. 3, n. 4. 2001.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MONTE-MÒR, R. L. M.; PAULA, J. A. As três invenções de Belo Horizonte, in: *Anuário Estatístico de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, v. 1, 2000, p. 27-29.

NASCENTES, Antenor. *Bases para a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil*. v. I e II. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 1958 e 1961.

PLAMBEL. *Planejamento Metropolitano de Belo Horizonte, 1979*. Relatório escrito por Aarão Reis, engenheiro-chefe da Comissão Construtora da Nova Capital, sobre a planta definitiva de Belo Horizonte, aprovada pelo Decreto n.º 817 de 15 de abril de 1895.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres & SILVA, Regina Helena Alves da (org.). *Cenas de um Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1994. 136 p.

SOUZA, E.M. *O uso do pronome ‘eles’ como recurso de indeterminação do sujeito*. Belo Horizonte, UFMG. Dissertação de Mestrado, 2007.

SPENCER, John. Prefácio do livro LEITH, Dick. *A Social History of English*. London/ New York: Routledge & Kegan Paul Ltd, 1983.

VIEGAS, M.C. *alçamento das vogais médias pré-tônicas: uma abordagem sociolingüística*. Belo Horizonte, UFMG. Dissertação de Mestrado, 1987.

ZÁGARI, Mário R. L. Os falares mineiros: esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais, in: Aguilera, V. (org.) *A Geolinguística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: Ed. UEL, 1998.

ZÁGARI, Mario R. L. et al. *Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais*. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa/ UFJF, 1977.